



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

ATA Nº 40/92 - REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e
2 dois, às dezenove horas e trinta minutos, reuniram-se em sessão ordinária, na
3 Sala de Sessões da Câmara Municipal, sita a Avenida Vinte e Cinco de Julho, du
4 zentos e dois, Prédio Administrativo, os seguintes senhores vereadores: PMDB:
5 José Maurício Rodrigues, Oldemar Carlos Palharini, Alceu Félix Candaten. PFL:
6 Francisco Bernardo Mezzomo, Henri Perin, Erni João Zatti, Bruno Maróstica; PDT
7 Geraldo Arnaldo Peccin; PTB: Nestor Magón. Observada a existência de quorum o
8 Senhor Presidente sob a Proteção de Deus deu por aberta a presente sessão. De
9 imediato solicitou à secretária leitura da ata de nº 39/92 que, após lida foi
10 aprovada por unanimidade, porém, acrescentado um adendo feito pelo Vereador
11 Bruno Maróstica, sendo o seguinte: "Retificou o seu pedido a linha 63 dizendo
12 que não havia solicitado patrolamento na estrada da Carqueja e, sim, que o
13 Senhor Prefeito resolvesse o problema de trânsito na estrada da Carqueja, pois
14 estão trancando a mesma e, desta forma, dificultando o tráfego para o Senhor
15 Euclides João Todescatto. A seguir o Senhor Presidente solicitou aos demais
16 vereadores se haviam analisado o projeto de lei que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRI-
17 ZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Nos co-
18 mentários, surgiram dúvidas questionadas pelo Vereador Geraldo Peccin. Primei-
19 ramente fez a leitura do artigo 2º, inciso 6º que cita 25% da receita resultan
20 te de impostos e conforme nossa Lei Orgânica artigo 149, rege a aplicação de
21 30% na manutenção e no desenvolvimento do ensino nas Escolas. No uso da pala-
22 vra o Vereador José Maurício Rodrigues disse que a Prefeitura investe na Edu-
23 cação uma quantia bem maior. Possivelmente para as diretrizes orçamentárias, o
24 Poder Executivo tenha observado a Lei Maior. O Vereador Erni Zatti, no uso da
25 palavra, e pelo conhecimento que possui da Constituição Federal disse que as
26 porcentagens constantes são o mínimo a ser observado. Toda a porcentagem esta-
27 belecida a mais fica a critério de cada Município. O Vereador Nestor Magon, no
28 uso da palavra, disse que 25% atende as necessidades na Educação e o poder pú-
29 blico é sabedor que esta quantia abriga a demanda no Município. No uso da pala-
30 vra o Vereador José M. Rodrigues, fez a leitura do inciso 6º, que rege 25% da
31 receita dos impostos, mas existem outros valores arrecadados pelo Município
32 que também são aplicados na Educação. No uso da palavra, o Vereador Henri Pe-
33 rin questionou se o artigo 149 da Lei Orgânica do Município não estaria infringin
34 gindo a Lei Maior. O vereador Gerald Peccin informou que não, pois cada Muni-
35 cípio tem autonomia para decidir. No uso da palavra, o Vereador Nestor Magon
36 explicou que este ano estraram recursos federais e estaduais objetivando desta
37 forma uma aplicação bem maior na Educação. O recurso mais significativo que ve
38 veio para o Município foi a nível de Educação. Após estes comentários, o Vere
39 dor Geraldo Peccin observou o artigo 6º, inciso 3º e alguns itens da Lei de DI
40 retrizes Orçamentárias. Lembrou que vários itens estavam previstos na Lei de
41 Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1992 e, não sendo realizadas retornam
42 para o ano de 1993; exemplificou o Prédio da Câmara Municipal. O vereador Nes-
43 tor Magon, no uso da palavra, disse que a Câmara executa seus trabalhos muito
44 bem nesta sala de sessões. O necessário é dar prioridade a Educação, a Saúde do
45 que a conclusão do Prédio da Câmara Municipal. No uso da palavra, o Vereador
46 Erni Zatti propôs a presença do Secretário Municipal de Finanças para a próxi-
47 ma sessão com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o referido projeto.
48 Posta em votação a sugestão dada pelo Vereador Erni Zatti, onde a bancada co
49 PMDB e do PTB não acham necessário porque decidem a aprovação do projeto sem
50 a presença do Senhor Secretário. Tendo voto favorável da Bancada do PFL e voto
51 minerva dado pela Presidência fica à secretária determinada a fazer ofício de
52 convocação. A seguir, foi posto em discussão e votação o projeto de lei que
53 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ESTABELECEER NOVA DATA PARA RECOLHIMENTO DO IMPOS-
54 TO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-IPTU- AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS NÃO CADAS-
55 TRADOS E/OU COM ERROS EM SEUS CARNÊS DE PAGAMENTO. Não houve maiores comentá-
56 rios, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Após foi nomeada a Comissão es-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

37pecial. O Senhor Presidente, vereador Geraldo Peccin solicitou à secretária
58leitura do parecer da Comissão especial na avaliação do projeto de lei que AU-
59TORIZA O PODER EXECUTIVO A ISENTAR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA AS RUAS PAVIMEN-
60TADAS COM RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO = PRODURB -
61através da Caixa Econômica Federal. Segue transcrito abaixo as considerações
62feitas pela Comissão responsável: 1) Que a Constituição Federal em seu Artigo '
633º, inciso IV, proíbe fazer distinção entre pessoas (Vereador geraldo Peccin);
642) Que no projeto original e conforme explicações do Poder Executivo, o calça-
65mento seria cobrado (Vereador Geraldo Peccin); 3) Que o projeto foi aprovado há
66um ano atrás, e agora, por ser época de eleição, com surpresa vem uma proposta
67de isenção, partindo a mesma de três vereadores que são candidatos à reeleição-
68(Vereador Geraldo Peccin); 4) Que não se tem uma previsão sobre a cobrança ou
não dos calçamentos que deverão ser concluídos com o saldo do financiamento (Vereador Geraldo Peccin). 5) Que não se pode isentar uma parcela de calçamen-
70tos e deixar futuras administrações na mesma obrigatoriedade. (vereador Geraldo
71Peccin); 6) Que não se tem uma posição quanto àqueles que com as mesmas dificult-
72dades financeiras (tipo Bairro Cristo redentor) pagaram o calçamento. O Poder
73Público ressarciria tais valores pagos? (vereador Geraldo Peccin); 7) Que os
74agricultores, através de seus impostos que contribuem para o município, não se-
75riam beneficiados com esta "Anistia" (vereador Geraldo Peccin). 8) que em 18
76anos a Prefeitura conserta 36 vezes as estradas e o custo para tal será cinco
77vezes mais caro que o valor cobrado pelo beneficiado. (vereador Nestor Magon);
789) Que o referido valor, transformados em 216 guias de cobrança a serem emit-
79das pela Prefeitura, representará mais despesas que receita (vereador Nestor
80Magon); 10) Que o asfalto feito para a Capela Aparecida e Linha Décima, também
81não foi cobrado. (vereador Nestor Magon); 11) Que o valor, se cobrado, corres-
82ponderia hoje somente a cinco mil cruzeiros por mês. (vereador Nestor Magon);
8312) Que poderá ser feita cobrança em parcela única, através de emenda (vereador
84Alceu Candaten). Membros da Comissão: Vereadores Nestor Magon, Vereador Alceu
85Candaten, Vereador Erni Zatti e Vereador Geraldo Peccin. No uso da palavra, o
86vereador Nestor Magon justificou o item 8 do parecer que é de sua autoria. "Ex-
87emplificou que para a estrada do Bairro de Costa, 300 metros, a prefeitura
88teria que deslocar uma carregadeira, um caminhão, patrôla, serviços de rolo e
89os motoristas, tendo que, após seis meses para a conservação refazer todo esse
90trabalho novamente. A confecção das guias de recolhimento abrangeria quase todo
91o lucro, então seria inviável cobrar um valor de cinco mil cruzeiros se o custo
92é aproximadamente o mesmo. Vocês estão lembrados da cobrança dos impostos em
931989. O valor arrecadado não cobriu os gastos com as guias de arrecadação. Ou-
94tra situação, por exemplo: em Silva jardim não foi cobrado calçamento. na Linha
95Décima e capela Aparecida também não foi cobrando o asfalto. Citou que o Poder
96Público observou a necessidade de se colocar nestas ruas a pavimentação, não
97questionando os moradores. O Poder Público não foi questionado pelo Legisla-
98tivo quanto a colocação e cobrança de valores aos moradores. A conclusão é
99que não há serviços extensos necessários dentro da cidade. São serviços de
100rápida conclusão e com isso o nosso agricultor é beneficiado porque há uma ma-
101ior disponibilidade de máquinas para o interior. Fazendo o calçamento nós es-
102tamos baratiando o custo da administração porque o financiamento é para dezoito
103anos e custará cinco vezes menos. As únicas cidades contempladas com este
104financiamento foram Serafina Corrêa e Porto Alegre. Este financiamento é a
105maior barbadinha que apareceu para o nosso município. No uso da palavra, o vere-
106ador Henri Perin questionou o seguinte: "Se o senhor Prefeito Municipal tivesse
107a intenção de isentar o pagamento do calçamento porque não o fez com os pró-
108prios recursos da administração - sem adquirir o financiamento pela Caixa Eco-
109nômica Federal. Agora vem este projeto de lei solicitando a isenção de pagamen-
110



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

111 to. Esclarece o próprio vereador que primeiro os vereadores aprovaram o finan-
112 ciamento em 18 anos, e agora, temos a isenção deste pagamento. O porquê destas
113 medidas?" O vereador Erni Zatti, no uso da palavra, disse que até hoje não
114 ouviu nenhum vereador desta Câmara dizer "sim" temos que aprovar este projeto,
115 ou "sim" vamos reprovar este projeto. Sugeriu o vereador que para terminar
116 com os boatos existentes na cidade em relação a este projeto, que a Presidência
117 fosse a rádio explicar a real situação em que se encontra este projeto. O Senhor
118 Presidente pôs em votação a sugestão dada pelo vereador Erni Zatti, onde a Ban-
119 cada do PMDB e PTB foram contrários a sugestão. No uso da palavra o vereador
120 José Rodrigues disse que irá falar em bom tom, claro e alto. Faz observação ao
121 item três, do Parecer." se esquece o vereador Geraldo Peccin que em 1987, o ex-
122 prefeito entrou com um projeto de lei cobrando a iluminação pública no Municí-
123 pio. Foi bom em 87, 88, e sendo bom a atual administração continuou a cobrar
124 em 89, 90, 91 e parte de 92; Sendo que neste ano de 92 o Vereador Geraldo Pec-
125 cin entrou com um projeto legislativo isentando o pagamento da iluminação pú-
126 blica aos moradores. Se foi bom neste anos, porque só agora o vereador viu a
127 inconstitucionalidade do projeto. É politicagem ou não, que diga o vereador,
128 Temos que ter coerência com as coisas. Solicitei a isenção sem cores partidá-
129 rias; solicitei que os bairros mais pobres fosse os beneficiados; não observei
130 se era A ou C a ser contemplado. A Bancada do PMDB e do PTB não viu política-
131 gem neste projeto como também não vimos na aprovação do projeto legislativo
132 isentando a cobrança da iluminação pública. No uso da palavra, o vereador Ge-
133 raldo Peccin disse que foi eleito para vereador em 1988, portanto em 1987 não
134 era vereador. Na administração passada era Secretário de Turismo e não da Se-
135 cretaria de Obras, portanto, não saberia das atividades. Quando elaborou o pro-
136 jeto de extinção da tarifa de iluminação pública, o senhor vereador José Rodri-
137 gues foi contrário na votação. Todos os moradores foram beneficiados, indepen-
138 dente de cor partidária. Continuando o Vereador disse que não é candidato a
139 nenhum cargo eletivo, neste caso não preciso ganhar votos em cima de um proje-
140 to de lei. O Senhor Vereador José Rodrigues, o Vereador Nestor Magon e o Vere-
141 dor Oldemar Palharini pediram a isenção de pagamento porque são candidatos a
142 eleição. No uso da palavra o vereador José Rodrigues questionou o vereador
143 Geraldo Peccin: "porque no início da gestão, ainda em 89, como vereador, não
144 entrou com o pedido da extinção da Iluminação Pública dizendo que era incons-
145 titucional." O vereador Geraldo Peccin respondeu a questão dizendo que essa
146 legislação tornou-se clara na inconstitucionalidade a partir do momento em
147 que ficou informado em Nova Prata de que a própria CEEE era isenta por Decre-
148 to. Retornando ao assunto do projeto de lei que isenta o pagamento do calçamen-
149 to, o vereador Nestor Magon, no uso da palavra, disse que concorda com o pro-
150 jeto porque os custos são maiores que a arrecadação. A isenção deste calçamen-
151 to não é um caso atípico, porque foram isentados de pagamento os moradores da
152 Capela Aparecida, Silva jardim e Linha Décima. lembrou o vereador que alguns
153 dias atrás foi solicitado ao Senhor Presidente da Câmara que enviasse um ofí-
154 cio a Caixa Econômica Federal solicitando informações quanto ao saldo devedor.
155 Sabe-se que o valor era de Cr\$ 690.000.000,00 que dividido por 18 anos daria
156 um valor aproximado de Cr\$ Cr\$ 3.500.000,00. Este valor é a metade do valor -
157 salário pago ao Doutor Renato. Por isso não é preocupante para o próximo pre-
158 feito porque ele assumirá estes pagamentos. Lembrou o Vereador que solicitou
159 na reunião passada a ida nos locais beneficiados e lá verificassem as moradias
160 e perceberiam da necessidade desta isenção. A Comissão deu seu parecer a nível
161 de gabinete. Deixou claro o vereador que é contra esta decisão. No uso da pa-
162 lavra o vereador Alceu Candaten disse que as explicações dadas pelo vereador
163 Nestor Magon são a realidade e por isso gostaria de retirar o item 12 do Pare-
164 cer dado pela Comissão. No uso da palavra o vereador Erni Zatti disse que te-
165 remos uma ideia melhor sobre a correção e comportamento das parcelas dos fi-
166 nanciamentos se solicitarmos via ofício aos órgãos competentes um posiciona-
167 mento do parcelamento das dívidas aprovadas pela Câmara, por exemplo: PRASEP,

PRASEP



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

168 FGTS e INSS. Quanto ao projeto de lei em discussão é um assunto bastante deli-
169 cado que envolvem vários fatores a serem analisados. No uso da palavra, o Vere-
170 ador Henri Perin disse que foram beneficiados os moradores da Linha Décima e
171 da Capela Aparecida. Seriam beneficiados com este projeto os moradores das ru-
172 as contempladas. Mas e os outros que pagaram o calçamento? No uso da palavra
173 o vereador Francisco Mezzomo questionou quanto a isenção somente aos moradores
174 de baixa renda. No uso da palavra o vereador José Rodrigues disse que parece
175 que existem alguns vereadores com medo de votar este projeto de lei porque be-
176 neficiará os moradores dos bairros, isentando-os de pagamento. No uso da pala-
177 vra, o vereador Nestor Magon disse que foi procurado por um morador explican-
178 do que estaria com medo de que os vereadores de oposição segurem este projeto
179 até o resultado das eleições. Conclui, então a ele: "se a Aliança Popular ga-
180 har serão isentados; se a Aliança perder eles irão cobrar para que o próximo
181 prefeito possa usufruir deste benefício. Temos que votar em quem? no Governo
182 competente que executa o calçamento e isenta os moradores beneficiados. No uso
183 da palavra, o Vereador Oldemar Palharini disse que uma comissão foi nomeada e
184 houve tempo para analisar, verificar e chegar a uma conclusão. E, observando
185 a colocação feita pelo Vereador Henri Perin preocupado com os comentários que
186 surgirão das pessoas que tiveram que pagar o calçamento, mas, questiono: Que
187 vão dizer as pessoas que ganharam o asfalto? No uso da palavra, o Vereador
188 Erni Zatti disse que na Câmara não é lugar para fazer comício. Quem é candida-
189 to que o faça em lugares adequados. Lembrou que o projeto de lei tem seu prazo
190 de permanência na Câmara por 30 dias, obedecendo a legislação municipal. Duvido
191 e que me provem se ouviram a minha opinião dizendo sou contra ou sou a favor
192 deste projeto. No uso da palavra o vereador Henri Perin disse que não tem medo
193 de votar este projeto de lei, e concorda com o pedido de vista feito em reunião
194 extraordinária pelo vereador Erni Zatti até o momento em que as dúvidas sejam
195 esclarecidas. O Vereador Geraldo Peccin, no uso da palavra, disse que a comis-
196 são expôs todas as considerações a serem estudadas. Estas considerações não
197 são definições de voto. São considerações para serem discutidas, votadas e de-
198 finidas pela Câmara Municipal. Se é democracia temos que analisar o referido
199 projeto. Comunica o Senhor Presidente que somente será posto em votação o
200 projeto de lei após as eleições municipais - em tempo hábil. No uso da palavra
201 o Vereador Henri Perin disse que em época de campanha não se devem fazer mani-
202 festações e muito menos de enviar um projeto deste nível para a Câmara Muni-
203 pal deliberar. No uso da palavra o Vereador Geraldo Peccin disse que houve vo-
204 to contrário à sua ida na rádio para explicar o andamento do projeto de lei,
205 mas, que poderá fazê-lo em espaço reservado por outra parte. Por encerrado es-
206 te assunto, o Senhor Presidente solicitou à secretária leitura do projeto de
207 lei que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REAJUSTAR EM 30% OS VENCIMENTOS/SALÁRIOS
208 DOS SERVIDORES, PROFESSORES, SECRETÁRIOS, CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICADOS DO
209 MUNICÍPIO. Leitura do projeto de lei que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUBVEN-
210 CIONAR A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CARLOS DE GUAPORÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
211 ESTES PROJETOS PERMANECEREM NA CÂMARA MUNICIPAL ATÉ A PRÓXIMA SEMANA. HORA DOS
212 PEDIDOS: O Vereador José Rodrigues solicitou se a secretária havia feito o le-
213 vantamento das atas desta gestão 89/92. Em atendimento à secretária procedeu
214 a leitura do ofício informando os referidos dados. Após a leitura o Senhor Pre-
215 sidente solicitou um tempo ao Vereador José Rodrigues para a possibilidade dos
216 Vereadores Presidentes na época, verificarem as referidas informações. O vere-
217 dor José Rodrigues como líder da Bancada do PMDB disse que fez o pedido e es-
218 pera as atas até a próxima sessão. Lembrou o vereador que esta gestão deverá
219 entregar as atas em ordem para a próxima legislatura 93/96. No uso da palavra o
220 Vereador Henri Perin disse que na época em que era secretário não deixou de
221 elaborar nenhuma e após este período a elaboração das atas ficou aos cargos
222 do vereador Italo Boni. No uso da palavra, o Vereador Nestor Magon disse aos
223 colegas Vereadores que se dirigissem até o local beneficiado pelo calçamento
224 e lá verificasse se os moradores merecem ou não a isenção de pagamento. O Ve-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

225reador Henri Perin solicita ao Senhor Prefeito Municipal que peça a devolução
226do projeto de lei que isenta de pagamento os moradores beneficiados com o cal-
227çamento financiado pela Caixa Econômica Federal, e que volte a apresentar após
228as eleições municipais. O Vereador Geraldo Peccin solicita ao Senhor Prefeito
229Municipal o seguinte: 1) além da metragem de calçamento beneficiado pelo finan-
230ciamento da Caixa Econômica Federal, estão sendo concluídos alguns metros a
231mais. Pergunta se estes moradores também serão contemplados com a isenção de
232pagamento? 2) Se o Senhor Prefeito Municipal recebeu uma correspondência en-
233da pelo estudante Colle que atualmente cursa Técnico Agrícola na cidade de Ben-
234to Gonçalves. Se recebeu, qual foi o procedimento adotado pelo Executivo Muni-
235cipal? 3) Lembra ao Senhor Prefeito Municipal que continua no aguardo de toda
236a documentação referente a concorrência pública ou carta-convite e de outros
237documentos que dizem respeito a compra de brita, pó de brita, calçamento, enfim
238tudo o que se refere a materiais vindos das pedreiras dos Municípios de Casca-
239e Parai. O Vereador Nestor Magon solicitou à Presidência da Câmara que envie um
240ofício ao Tribunal de Contas do Estado solicitando informações sobre o julga-
241mento das contas do ex-prefeito municipal, relativo exercício 1988. Vereador
242Geraldo Peccin solicitou informações das prestações de contas dos exercícios
24389, 90 e 91, do atual Prefeito. No uso da palavra o Vereador Nestor Magon infor-
244mou que esteve no Tribunal de Contas em Passo Fundo e lá explicaram que somen-
245te será avaliado os anos de 89, 90 e 91 somente após concluírem a análise do ano
246de 1988. Após o término dos pedidos, o senhor presidente, Vereador Geraldo Pec-
247cin passou a tratar sobre a nova remuneração dos senhores vereadores, legisla-
248tura 93/96. No uso da palavra o Vereador Nestor Magon disse que foi acusado
249de demagogo. Mas lembrou que na época foi contra a verba de representação e
250entrou com um pedido de redução de 50%. Um ato demagogo entendido por muitos
251Vereadores. Hoje, venho pedir um salário simplesmente simbólico, porque acho
252um abuso cada vereador perceber a quantia de dois milhões de cruzeiros, sendo
253o salário mínimo duzentos e trinta mil cruzeiros no mês anterior. Quem quer
254prestar serviços a comunidade não significa que tem salário a perceber. Quem
255quer ajudar não estipula valores. O Vereador Nestor Magon continuando com sua
256exposição voltou a comentar o seu posicionamento quanto a verba-salário e verba-
257representação citada em ata anterior. No uso da palavra o Vereador Henri Perin
258disse que o vereador Magon esta bem intencionado, mas questiona os demais vere-
259dores se concordam com a colocação feita pelo Vereador. No uso da palavra, o
260vereador Erni Zatti questionou se o Vereador Nestor Magon verificou a viabili-
261dade de sua proposta junto aos órgãos competentes. Em resposta o Vereador dis-
262se que a sua proposta tem o amparo legal. No uso da palavra, o Vereador Olde-
263mar Palharini disse que devemos continuar com o processo da anterioridade, e
264cada vereador que desejar colaborar com terceiros que o faça. O Vereador José
265Rodrigues sugeriu uma reunião extraordinária, sem ônus, para deliberar sobre
266a remuneração dos novos vereadores, prefeito e vice-prefeito. Vereador Henri
267Perin sugeriu o convite do Senhor Prefeito e Vice-Prefeito para termos um po-
268sicionamento dos mesmos. Após alguns comentários e sugestões a data definida
269para a realização da sessão extraordinária foi para terça-feira, dia vinte e
270dois. Na continuidade foram vistos alguns detalhes sobre o regimento Interno,
271qua nada mais a acrescentar ficou aos cuidados da secretária para a datilogra-
272fia. Nada mais a tratar foi encerrada a sessão sob a proteção de Deus. Eu, Ja-
273queline Zanini, secretária, lavrei esta para constar e que será assinada por
mim e pela Presidência desta Casa. Serafina Corrêa, 29 de setembro de 1992.

Jaqueline Zanini
secretaria

Ver. Geraldo Peccin
Presidente da Câmara